

**SECRETARIA DA FAZENDA**

---

**INSTRUÇÕES NORMATIVAS**

Contadoria e Auditoria-Geral do Estado

**INSTRUÇÃO NORMATIVA**

**INSTRUÇÃO NORMATIVA CAGE Nº 7, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020.**

Dispõe sobre os procedimentos contábeis aplicáveis aos Estoques.

**O CONTADOR E AUDITOR-GERAL DO ESTADO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da Lei Complementar nº 13.451, de 26 de abril de 2010, e

**considerando** o disposto no art. 2º, inciso XXVII, da Lei Complementar nº 13.451, de 26 de abril de 2010, que inclui, entre as funções institucionais da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE), a normatização e padronização, e ou a revisão dos procedimentos relativos à contabilidade;

**considerando** o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC TSP 04, que dispõe sobre Estoques;

**considerando** os Procedimentos Contábeis Patrimoniais estabelecidos na Parte II do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), aprovado pela Portaria nº 877, de 18 de dezembro de 2018, da Secretária do Tesouro Nacional (STN);

**considerando** o disposto no art. 1º do Decreto Estadual nº 48.344, de 6 de setembro de 2011, que determina aos Órgãos e Entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Estado a adoção dos critérios e procedimentos contábeis previstos nas NBC TSP e no MCASP, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional; e

**considerando** os prazos estabelecidos no Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, aprovado por meio da Portaria nº 548, de 24 de setembro de 2015, da STN,

**RESOLVE:**

**CAPÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

**Art. 1º** Esta Instrução Normativa disciplina, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado, os procedimentos contábeis relativos ao reconhecimento, à mensuração e à evidenciação dos estoques.

**Art. 2º** Para os efeitos desta Instrução Normativa, considera-se:

I - estoques são ativos na forma de:

a) materiais ou suprimentos a serem consumidos no processo de produção;

b) materiais ou suprimentos a serem consumidos ou empregados na prestação de serviços;

c) produtos mantidos para venda, incluindo, por exemplo, mercadorias compradas por varejista para revenda ou terrenos e outros imóveis para revenda; ou

d) materiais mantidos para distribuição no curso normal das operações ou no processo de produção, incluindo livros didáticos para doação a escolas;

II - custo histórico: a quantia fornecida para se adquirir ou desenvolver um ativo, o qual corresponde ao caixa ou equivalentes de caixa ou o valor de outra quantia fornecida à época de sua aquisição ou desenvolvimento;

III - custo corrente de reposição: o custo que o órgão ou a entidade incorreria para adquirir o mesmo ativo na data da demonstração contábil;

IV - valor realizável líquido: o preço estimado de venda no curso normal das operações, menos os custos estimados para a conclusão e os gastos estimados necessários para ocorrer a venda, a troca ou a distribuição.

**§ 1º** Os estoques incluem:

I - munição;

II - material de consumo;

III - material de manutenção e expediente;

IV - peças de reposição para instalações industriais e equipamentos, exceto aquelas tratadas como ativos imobilizados, conforme disposto na Instrução Normativa CAGE nº 06, de 5 de novembro de 2018;

V - materiais educacionais (didáticos) ou para treinamento;

VI - medicamentos; e

VII - terrenos e propriedades para venda.

**§ 2º** Os estoques não incluem:

I - ativos biológicos relacionados com atividades agrícolas; e

II - materiais de consumo imediato.

**Art. 3º** As operações relativas à aquisição, distribuição, mensuração e consumo de estoques devem ser registradas no módulo Administração de Materiais (SAM) do Sistema de Finanças Públicas do Estado (Sistema FPE), dentro do mês de sua efetiva ocorrência.

**Parágrafo único.** O Órgão ou a Entidade que utilizar sistema próprio para o registro das operações referidas no *caput* deverá providenciar sua integração com o SAM, de modo a permitir o processamento automático e concomitante do respectivo registro contábil.

## **CAPÍTULO II**

### **DO RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO DO ATIVO**

**Art. 4º** Por ocasião da aquisição, os produtos, materiais ou suprimentos devem ser reconhecidos no estoque, em conta do ativo circulante, pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor, exceto:

I - estoques que tiverem sido adquiridos por meio de transação sem contraprestação, que devem ser mensurados pelo seu valor justo na data do seu recebimento; e

II - bens de almoxarifado, que devem ser mensurados pelo preço médio ponderado das compras.

**Art. 5º** O valor de custo dos estoques deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais.

**§ 1º** O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos não recuperáveis, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e suprimentos.

**§ 2º** Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes devem ser deduzidos na determinação do custo de aquisição.

**§ 3º** Os custos de transformação incluem os custos diretamente relacionados com as unidades produzidas, tais como a mão de obra direta e a alocação sistemática de custos indiretos de produção, fixos e variáveis, que sejam incorridos para transformar os materiais em produtos acabados.

**Art. 6º** Para a mensuração do saldo de estoques, o Órgão ou a Entidade deve utilizar o critério de valoração de custo

uniforme para todos os estoques que possuam natureza e uso semelhantes.

**§ 1º** Sempre que possível, o custo deve ser atribuído pelo uso da identificação específica dos seus custos individuais.

**§ 2º** Quando não for possível a identificação específica, poderá ser utilizado o critério do custo médio ponderado.

**§ 3º** Os estoques devem ser mensurados pelo menor valor entre o custo histórico e o custo corrente de reposição, quando são mantidos para:

a) distribuição gratuita ou por valor irrisório; e

b) consumo no processo de produção de bens a serem distribuídos gratuitamente ou por valor irrisório.

**Art. 7º** Quando houver redução no valor que se espera na realização, venda, troca, distribuição ou uso de bens em estoque, deve-se proceder com o registro contábil de Ajuste de Perdas de Estoques em conta contábil redutora do ativo circulante.

**§ 1º** O custo dos estoques pode não ser recuperável se esses estoques estiverem danificados, se tornarem-se total ou parcialmente obsoletos, ou se os seus preços de venda tiverem diminuído.

**§ 2º** O custo dos estoques pode também não ser recuperável se os custos estimados de acabamento ou os custos estimados a serem incorridos para realizar a venda tiverem aumentado.

### **CAPÍTULO III**

#### **DO RECONHECIMENTO NO RESULTADO PELO CONSUMO**

**Art. 8º** Quando os estoques são vendidos, utilizados para prestação de serviço, trocados ou distribuídos, o valor contábil desses itens deve ser reconhecido como Variação Patrimonial Diminutiva (VPD).

**§ 1º** A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoques devem ser reconhecidas como VPD do período em que a redução ou perda ocorrer.

**§ 2º** O custo dos produtos e materiais que forem utilizados na construção ou produção de outro ativo deve compor o custo deste ativo, sendo reconhecido como VPD durante a sua vida útil.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DA DIVULGAÇÃO**

**Art. 9º** As Entidades abrangidas pelo disposto no art. 1º deverão divulgar, por meio de notas explicativas às demonstrações contábeis:

- I - as políticas contábeis adotadas na mensuração dos estoques, incluindo formas e critérios de valoração;
- II - o valor total escriturado em estoques e o seu respectivo desdobramento;
- III - o valor de estoques reconhecido como VPD durante o período;
- IV - o valor de qualquer ajuste de perdas de estoques reconhecido no resultado do período;
- V - as circunstâncias ou acontecimentos que conduziram à reversão da redução de estoques; e
- VI - o valor escriturado de estoques dados como garantia a passivos.

## **CAPÍTULO V**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 10** Enquanto não efetuada a integração prevista no parágrafo único do art. 3º, o Órgão ou a Entidade deve prover informações para a realização de registros contábeis manuais.

**Art. 11** As orientações relativas aos registros contábeis das operações mencionadas nesta Instrução Normativa serão dispostas em Guia de Lançamentos Contábeis elaborado pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, por meio do Manual de Procedimentos Contábeis, disponível no endereço eletrônico <http://www.legislacao.sefaz.rs.gov.br>.

**Art. 12** Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de janeiro de 2021.

**ROGERIO DA SILVA MEIRA,**  
Contador e Auditor-Geral do Estado.

---

ROGERIO DA SILVA MEIRA  
Presidente da Comissão de Promoções da Carreira de Auditor do Estado  
Av. Mauá, 1155  
Porto Alegre  
Fone: 5132145000

Publicado no Caderno do Governo (DOE) do Rio Grande do Sul  
Em 3 de Dezembro de 2020

Protocolo: **2020000494244**

Publicado a partir da página: **844**